

Percepções do impacto social resultantes da pandemia da COVID-19

Perceptions of the social impact resulting from the COVID-19 pandemic

DOI:10.34119/bjhrv6n5-593

Recebimento dos originais: 22/09/2023

Aceitação para publicação: 25/10/2023

Mariana Talarico Marçal Galvão

Graduanda em Medicina

Instituição: Núcleo de Pesquisa do Curso de Medicina da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) - campus de Ribeirão Preto

Endereço: Av. Costábile Romano, 2201, Nova Ribeirânia, Ribeirão Preto - SP, CEP: 14096-900

E-mail: marcalmariana24@gmail.com

Renata Dellalibera-Joviliano

Doutora em Ciências, Imunologia Básica e Aplicada

Instituição: Núcleo de Pesquisa do Curso de Medicina da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) - campus de Ribeirão Preto

Endereço: Av. Juca Stockler, 1130, Belo Horizonte, Passos - MG, CEP: 37900-106

E-mail: redellajov@gmail.com

RESUMO

O vírus SARS-CoV-2 é o grande causador do maior inimigo da saúde, qualidade de vida, meio ambiente e economia dos últimos tempos: a COVID-19. Esta se alastrou na sociedade em 2019 de uma forma jamais vista na história, visto que modificou de forma intensa em as todas as esferas sociais, e devido a sua gravidade, teve que ser declarado estado de calamidade pública no mundo e uma pandemia global, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, contextualizar as percepções do impacto social resultante da pandemia da COVID-19 foi o objetivo deste estudo. Como instrumento de metodologia utilizamos um compilado de referenciais teórico-reflexivos acerca de bases catalogadas, nos últimos 5 anos, no no PubMed, Scielo, e Periódico Capes, utilizando unitermos como COVID-19; qualidade de vida; impacto social; pandemia. Os resultados encontrados sugerem que a verdadeira repercussão da pandemia ainda está por vir nos anos históricos que virão a médio e longo prazo, independentemente do âmbito social analisado. Sentimentos de impotência, perdas, luto se tornaram frequentes na forma global da sociedade. O enfrentamento e a superação dessa doença fatal tornou-se um desafio social, econômico e da saúde. Em suma, a análise das reais percepções dos verdadeiros impactos sociais, sejam eles benéficos ou maléficos, resultantes da pandemia da COVID-19 torna-se mais do que necessário.

Palavras-chave: COVID-19, qualidade de vida, impacto social, pandemia.

ABSTRACT

The SARS-CoV-2 virus is the main cause of the greatest enemy of health, quality of life, the environment and the economy in recent times: COVID-19. This spread across society in 2019 in a way never seen in history, as it changed intensely in all social spheres, and due to its severity, a state of public calamity had to be declared in the world and a global pandemic, due to World Health Organization (WHO). Therefore, contextualizing perceptions of the social

impact resulting from the COVID-19 pandemic was the objective of this study. As a methodology instrument, we used a compilation of theoretical-reflective references about databases cataloged, in the last 5 years, in PubMed, Scielo, and Periódico Capes, using keywords such as COVID-19, quality of life, social impact, pandemic. The results found suggest that the true repercussion of the pandemic is yet to come in the historical years that will come in the medium and long term, regardless of the social scope analyzed. Feelings of impotence, loss, grief have become frequent in the global form of society. Confronting and overcoming this fatal disease has become a social, economic and health challenge. In short, analyzing the real perceptions of the true social impacts, whether beneficial or harmful, resulting from the COVID-19 pandemic becomes more than necessary.

Keywords: COVID-19, quality of life, social impact, pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vivemos um cenário de pandemia mundial do novo coronavírus onde eixos da saúde, políticas públicas, governo tiveram que estabelecer estratégias de sobrevivência. As minorias sociais foram as que mais sofreram com tal situação, visto que, continuaram à margem de um sistema injusto e desigual. Desde então, o Planeta Terra acompanha um quadro caótico: crise sanitária, econômica, social e ambiental. Sendo tal quadro um dos principais motivos dos reais impactos da qualidade de vida serem tão minimizados durante este período histórico tal qual a pandemia.

O vírus SARS-Cov-2, causador da COVID-19, foi capaz de provocar diversas responsabilidades de ordem inflamatória (NADER, NADER, DELLALIBERA-JOVILIANO, 2023 A/B) além de comorbidades sistêmicas, depressão e ansiedade podendo se relacionar com impactos sociais do isolamento como medida preventiva.

Ainda temos poucos estudos sobre os reais impactos da pandemia da COVID-19 a médio e longo prazo, há estudos que sugerem o crescimento da vulnerabilidade de populações já marginalizadas, como aqueles que não possuem uma renda significativa e que por isso, infelizmente, não podem se proteger da infecção pelo SARS-CoV-2 (MATTA et al., 2022). Aqueles com renda per capita suficiente consideram parâmetros como amor, sonhos e realização pessoal parte de uma rotina alcançável. Mas para os que não possuem capital suficiente consideram estes quase que insignificantes frente a uma situação de vulnerabilidade causada pela desigualdade e piorada pela pandemia, no qual os obrigam a priorizar a sobrevivência a todo e qualquer custo.

A Organização Mundial Da Saúde define a qualidade de vida como *“a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”* (OMS, 1995). Isso

engloba o bem-estar espiritual, físico, mental, além dos relacionamentos sociais, e também saúde, educação, habitação, saneamento básico, e não a mera ausência de doença (BRASIL, 2013). Dito isso, o significado de qualidade de vida resulta na indagação, portanto, a respeito do impacto que os diferentes níveis socioeconômicos podem apresentar no dia a dia perante ao cenário pandêmico pós Covid-19.

As múltiplas faces da pandemia prejudicam não apenas o presente, mas também as gerações futuras, visto que, em meio a uma crise sanitária surge um muro epidemiológico que segrega ainda mais as populações vulneráveis, e agrava a desigualdade social. Embora os impactos da pandemia não tenham sido totalmente mapeados, há um relatório das Nações Unidas, no qual prevê um aumento de 10% no índice de pessoas que precisarão de assistência social no período pós-pandemia (ONU, 2021). Ademais, um dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estima que a pobreza e a extrema pobreza atingiram níveis em 2020 antes nunca atingidos na América Latina nos últimos 20 anos, bem como uma piora dos índices de desigualdade e trabalho (CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2021).

O advento da Pandemia coincide com o declínio de praticamente todos os fatores socioeconômicos, exceto o índice de mortalidade. Enquanto a economia e a igualdade caem abaixo dos níveis normais, a produção de vulnerabilidades é um processo dinâmico que atinge além daqueles que são o grupo de risco da infecção. Isso questiona e mostra que as maiores vítimas da Pandemia, na verdade, são aqueles que carecem de mecanismos de proteção social. Seria a Pandemia um fenômeno inevitável diante da relação humana nos diferentes aspectos sociais?

Segundo o virologista Richard Krause *“as epidemias são tão certas quanto a morte e os impostos”*. A pandemia magnifica ainda mais as tensões das organizações sociais do século XXI. Porém, mostra que seja qual for o avanço tecnológico e científico, o mundo, de forma geral, não está e nunca estará preparado para as pandemias. Teses dominantes na saúde pública da segunda metade do século XX, são caracterizadas pelo prognóstico da eliminação das doenças a partir do fácil acesso à urbanização e saneamento básico. Sendo assim, doenças, epidemias, endemias e pandemias poderiam ser evitadas pelo simples desenvolvimento e distribuição de vacinas, antibióticos e pela igualdade de distribuição e acesso a recursos. Dessa forma, nos países mais desenvolvidos, não haveria uma crise sanitária, o que se prova mentira, pois países da Europa como a Inglaterra e a França encontraram inúmeras dificuldades para conter a COVID. Contudo, o argumento do virologista americano, de que as pandemias são inevitáveis, é mais do que correto, visto que, em um mundo desigual e controlado pelo

capitalismo, seja qual for o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda anual da população, o desafio global de prover assistência social para todos os tipos de minorias foi e ainda é o maior desafio humanitário, porque atua em uma linha tênue entre vida e morte.

Nas grandes catástrofes, o desastre nunca é de forma igualitária. A necropolítica tornou-se aceitável, e as minorias morreram nas mãos do sistema que deveriam os proteger. No Brasil, a notícia da primeira vítima do Rio de Janeiro para a COVID-19 foi de uma doméstica que contraiu o vírus da patroa que acabara de desembarcar da Itália, o primeiro epicentro (BBC NEWS BRASIL, 2020). Ademais, o relatório publicado em conjunto pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) relataram que aproximadamente 660 milhões de pessoas ainda terão que enfrentar a fome em 2030, o que é 30 milhões de pessoas a mais do que em um cenário não pandêmico, sendo esses, a maioria, formado por pessoas que são consideradas invisíveis aos olhos do Estado, como por exemplo, idoso, crianças e migrantes (UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a infância, 2021).

As desigualdades sociais altamente acentuadas acabaram por facilitar a letalidade do SARS-CoV-2, isto seja nas desigualdades econômicas, étnicas-raciais, na cidadania, nos direitos previstos, e outras (COSTA, 2020). É a partir de crises financeiras mundiais, ou que afetam países destaques como os Estados Unidos, que percebe-se o enorme agravamento dos problemas sociais e políticos gerados pelo estado de vulnerabilidade causado pela desigualdade no dia-a-dia e piorado, ainda mais, pelo estado crítico formado pela COVID-19.

Por fim, os planos globais, nacionais e regionais, devem se mobilizar a fim de minimizar os impactos provenientes da Pandemia e de deter o agravamento das desigualdades socioeconômicas, e também, da saúde, que virão como consequência. Além disso, as áreas que se mostraram essenciais para o enfrentamento da crise devem ser a partir de agora, como uma retratação histórica, valorizadas. Sendo essas, saúde, ciência e tecnologia, educação e proteção social. Desse modo, a superação da Pandemia da COVID-19 e de outras, já que são inevitáveis, não será tratada como uma “carnificina” humana aprovada pelas gestões globais.

Tendo em vista os dados acima apresentados, percebe-se que fomentar a pesquisa e busca de conhecimento a respeito das percepções do impacto social resultante da pandemia da COVID-19, possibilita a reflexão e uma possível melhora do papel do estado e do ser humano em momentos de crises, além da construção de um olhar mais crítico, justo e igualitário no cenário pós-pandêmico. Por conseguinte, ao longo desta revisão bibliográfica, propõe comparar diversas referências literárias que mostram os impactos socioeconômicos do pós COVID-19,

eventualmente os possíveis métodos de resolução e as consequências para a vida, principalmente, da população marginalizada.

2 METODOLOGIA

Através de um estudo de pesquisa bibliográfica, foi realizado com base em livros, artigos científicos e estudos publicados, os quais foram encontrados através de pesquisa manual realizada nas plataformas digitais Scientific Electronic Library Online (SciELO), Pubmed e Cochrane, utilizando combinações de termos como "Impactos sociais", "populações marginalizadas", "qualidade de vida", "risco socioeconômico", "saúde", "coronavírus". Os artigos de interesse foram aqueles nos quais discutia-se a exacerbação das vulnerabilidades sociais relacionados aos tempos pré, durante e pós-pandêmicos. Nenhuma restrição de idioma foi aplicada. Foram selecionados artigos publicado na última década, priorizando os últimos 3 anos. Também foram consultadas informações fornecidas pelas Nações Unidas, e Ministério da saúde do Brasil contemplando o tema abordado.

3 RESULTADOS, DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

No primeiro momento em que uma pandemia se instala na civilização, ficou claro que esta é um desafio que deve ser enfrentado por todos os países, sociedades, e pessoas do mundo. Sendo assim, a doença provocada pelo coronavírus surge como um teste que põe à tona a necessidade de todas as nações trabalharem juntas para enfrentar um inimigo em comum. Com isso, o planejamento de proteger aqueles membros que são os mais marginalizados na sociedade surge como uma preocupação global, visto que, prevenir a disseminação desse vírus mortal requer o alcance a todos, além de um tratamento equitativo (BACHELET e GRANDI, 2020).

Loureiro (2021) traz no Artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos que "*Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle*". Diante deste cenário, conclui-se que a prática desse padrão de vida proposto pela Declaração é uma utopia, e mesmo sendo garantido à todos no papel, e com isso, a qualidade de vida resulta na indagação, portanto, a respeito do impacto que os diferentes níveis socioeconômicos podem apresentar no dia a dia perante ao cenário pandêmico pós COVID-19.

Os profissionais de saúde e os cientistas não mediram esforços para dar atenção aos doentes por motivos desconhecidos e na pesquisa de tratamentos e vacinas, mesmo quando os

recursos, a valorização e o apoio eram quase mínimos por parte daqueles que contribuem com o montante do capital e sua destinação. Nesse cenário de calamidade pública, a distribuição dos recursos deve ocorrer de maneira mais justa e equitativa, de modo a prevenir a propagação da doença e proteger a vida de cada cidadão particularmente (EMANUEL et al., 2021).

Uma pesquisa utilizando 26 referências selecionadas, concluiu que o estresse sofrido pelos profissionais da saúde, decorrente da sobrecarga dos serviços hospitalares, falta de recursos como vacinas e medicamentos, além da desvalorização da ciência durante o período pandêmico pode desencadear problemas ocupacionais e psicológicos. A complexidade e seriedade que envolve cuidar da vida do outro em um momento de fragilidade e descoberta, causa inúmeros gatilhos físicos, sociais e emocionais que podem afetar a qualidade de vida desses profissionais da saúde. Com isso, esse cenário alarmante justifica a realização de acompanhamento psicológico para todos que atuaram na pandemia de forma igualitária (COSTA et al., 2022).

No editorial escrito por Costa et al., 2020, relatam-se que a desigualdade social que cerca o Brasil desde os primórdios de sua colonização sempre foi ignorada por todos que não lidavam com as suas consequências, e a partir da pandemia da COVID-19, a realidade foi escancarada aos olhos de todos aqueles que a viam mas não sentiam. O novo Brasil surge como uma nação repleta de pessoas que não podem seguir as regras da pandemia, como ficar em casa, se alimentar adequadamente e lavar as mãos. Isto pois, as condições sociais em que vivem são precárias e não possibilitam o cumprimento dessa nova realidade sem uma ajuda necessária dos Estados.

O modelo social vivido no Brasil antes da Pandemia colocava a tona um tipo de desigualdade social que não era de importância máxima a todos, isto pois afetava aqueles que viviam em condições já ignoradas pelo Estado maior. Porém, contudo, a Pandemia afetou com força total esses cidadãos mais vulneráveis, como por exemplo pessoas com deficiências. As barreiras ambientais e institucionais impostas pela COVID-19 mostra que houve um agravamento das perdas econômicas e uma ausência de mecanismos de proteção social para esse tipo de minoria social, Saldanha et al., 2021, o que leva as pessoas com deficiência a terem até quatro vezes mais chances de contrair o Sars-CoV-2.

As barreiras impostas não afetaram apenas as pessoas com deficiências. Também é importante destacar como as minorias étnicas, principalmente os negros, foram afetadas no contexto pandêmico, visto que antes, já eram declaradas como parte da população vulnerável. A inclusão da informação de cor nos dados epidemiológicos relacionados com a COVID-19 demorou a ser estabelecida no Brasil, contudo, após fortes e incisivos esclarecimentos por parte

da Coalizão Negra e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade, esses dados finalmente foram incluídos nos boletins. Logo, o racismo estrutural à brasileira permanece arraizado na sociedade de forma que a COVID-19 obteve as piores taxas de mortalidade nessas populações já antes consideradas vulneráveis (DOS SANTOS et al., 2020).

A condição socioeconômica de uma minoria étnica pode determinar o seu tipo de morte, principalmente em períodos incertos -pandêmicos- como os atuais. Dessa forma, entender os óbitos de cada raça/cor segundo a causa básica em um período pré-epidêmico é mais do que essencial em um momento histórico tão fragilizado como o atual. Tendo-se como conclusão que as principais causas de óbitos em populações negras são: causas *externas, infecciosas, mal definidas, transtornos mentais, gravidez e parto, endócrinas e nutricionais*. Isto demonstra que a morte negra não tem como causa a doença em si, mas sim as consequências de se viver à margem da civilização (BATISTA et al., 2004). Com isso, conclui-se que a COVID-19 ao ser incluída em uma sociedade racista, acabou por penalizar mais os grupos vulneráveis de forma desigual, ocasionando em mais mortes de pessoas negras.

Diante de inúmeros desafios, observa-se a importância da garantia dos princípios de universalidade, equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito brasileiro. Além de uma melhor consolidação desse sistema de saúde no serviço público brasileiro, garantindo um fácil acesso dos recursos médicos pelas minorias étnicas e sociais do Brasil. Ademais, a valorização dos profissionais da saúde que atuaram na pandemia deve ser notada a fim de evitar problemas psicológicos e sociais destes. A importância da ciência também deve ser usada como uma ferramenta que não apenas atua contra doenças pré-estabelecidas, mas também previne aqueles que estão por vir.

Outrora, a situação da COVID-19 em países de baixa e média renda, como o Brasil, que possuem altas taxas de encarceramento revelam que a intensa circulação de pessoas que de uma forma ou outra estão interligadas com o sistema penitenciário, acaba por aumentar a transmissão do vírus Sars-CoV-2 para dentro ou fora dos muros das prisões. Sendo assim, é importante considerar que quaisquer medidas a serem tomadas no âmbito social de combate a COVID, deve-se incluir estratégias que incluam o controle desse vírus mortal também dentro das penitenciárias, podendo então, estabilizar a situação global (DIUANA et al., 2022).

Ademais, no meio de uma crise sanitária que se alastrou no globo de forma fatal, surge um sentimento que enraizou-se nos indivíduos: a solidariedade. A palavra solidariedade, segundo o dicionário de Oxford, vem do latim e está associada ao "*compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas*". Em meio a tal crise estamental, esse sentimento surge como um ideal inclusivo e solução, pelo menos, temporária para a falta

de alinhamento entre as esferas estatais de poder. A caridade, a ajuda financeira, o apoio psicológico, o olhar para o outro; Estas qualidades, surgem, no século da tecnologia e da globalização, como uma luz de esperança para aqueles mais vulneráveis. E assim, junto com a ciência, a comunidade renasce como uma forma potente de ação na pandemia da COVID-19 (PETRA et al., 2022).

Na interpretação do contexto pandêmico atual, faz-se necessária considerar a importância da necropolítica, que se caracteriza como um termo originado e baseado na obra do filósofo, político e intelectual Achille Mbembe. Para este, tal conceito se baseia no poder de ditar aquele que pode viver e aquele que deve morrer. Com isso, percebe-se que no contexto pandêmico, a necropolítica se faz mais do que presente, visto que, não apenas as formas de governo durante a crise, mas também o próprio estigma relacionado a ela acaba por adotar essa teoria. Sendo assim, o coronavírus desencadeou um modo de vida que poucos conseguem manter, e é isso que acaba por definir quem vive e quem morre na pandemia. Aqueles que não conseguem seguir um modelo ideal de vida pandêmico que inclui hábitos saudáveis, trabalho e estudo a distância, e entre outros, são aqueles destinados a morrer. E os outros, que devido a melhores condições de vida que conseguem se abster do contato social e usufruir de métodos científicos e tecnológicos que retardam e ajudam no tratamento da COVID-19, são aqueles destinados a viver (DOS REIS, 2022).

Um estudo conduzido pelo NOIS (Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde) da Puc (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro analisou cerca de 30 mil "casos encerrados" (com óbito ou em recuperação) de COVID-19, e como resultado a conclusão foi que a pandemia realmente não é a mesma para todos: enquanto 55% dos negros morreram por COVID, a porcentagem para brancos fica em 38%. Além disso, aqueles com menor escolaridade, estão em uma situação onde há maior letalidade pelo SARS-CoV-2. Concluiu-se que o novo coronavírus é mais letal entre negros, principalmente aqueles com idade acima de 60 anos. O que difere dos brancos, visto que a letalidade aumenta apenas a partir dos 70 anos. Isto só comprova o fato supracitado, no qual as desigualdades se dividem em grupos sociais e os afetam de forma diferente.

Boletins epidemiológicos divulgados pelo Ministério da Saúde apenas começaram a divulgar e incluir o fato de que a raça, cor e etnia estavam incluídos nos parâmetros de alta letalidade por COVID-19 em Abril de 2020. Isto pois mesmo com a pandemia, a pressão e a sede por justiça social não foram afetadas, e movimentos sociais como a Coalizão Negra Por Direitos e o GT Racismo e Saúde da Abrasco continuaram a eterna luta por direitos iguais independentemente da comparação (NERY, et al; 2020). E como apenas com a divulgação e

cobrança corretas acerca dos boletins, que estratégias governamentais poderiam ser tomadas. Dessa forma, mais uma vez, a desigualdade social em tempos de pandemia prejudica a qualidade de vida das minorias sociais.

A desigualdade social teve uma piora drástica de seus indicadores com a COVID-19, principalmente em relação à segurança alimentar das classes mais baixas da sociedade. O aumento dos preços, a alta da inflação, a dificuldade de acesso e a parada da industrialização, querendo ou não, contribuíram para esse cenário de prevalência da fome. Sendo assim, a fome, sendo crônica ou aguda, é uma vulnerabilidade social, que mesmo sem o impacto da pandemia já é letal (SANTOS, et al; 2022). Quando somadas, podem piorar a situação de desigualdade. Ademais, além da segurança alimentar ser garantida por lei em constituição no Brasil, essa fica apenas no papel, visto que o país da agricultura continua rondando o mapa da fome.

Outrora, percebe-se que nenhuma classe social de vulnerabilidade está a salvo de ser afetada pela COVID-19. Os relatos de abusos contra idosos durante a pandemia tiveram um aumento significativo em comparação a anos não pandêmicos, seja por meio de violência familiar seja por golpes financeiros. A parte a pandemia, o idoso sempre foi considerado vulnerável devido a senescência, contudo, as inúmeras mudanças no âmbito social acabaram por piorar a violência emocional, financeira, física, social, medicamentosa e sexual referente a essa população (BRAGA, et al; 2023). Ou seja, mais uma classe social afetada pelo vírus.

Com isso, as percepções do impacto social resultantes da pandemia da COVID-19 são mais do que foi-se enumerado nesta revisão bibliográfica. Considerando-se a vulnerabilidade social e econômica pré-pandemia, as populações marginalizadas continuam à margem da sociedade, estando em uma situação ainda mais grave que anteriormente, devido a um inimigo invisível e onipresente: o SARS-CoV-2. Além disso, percebe-se que após a COVID-19, avanços significativos nas políticas públicas que visam a implementação dos direitos humanos de saúde e do bem-estar social na sociedade de forma geral são vistos como fundamentais na vida da civilização. Isso inclui uma análise dos aspectos sócio-históricos e culturais, bem como demandas, necessidades e particularidades de cada indivíduo envolvido e afetado pelo SARS-CoV-2.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir neste estudo, que o âmbito social foi gravemente afetados pela pandemia de COVID-19, e a não ser que todos os diferentes órgãos mundiais se unem para combater as consequências deste vírus, muitos anos ainda serão necessários, daqui em diante, para que as populações marginalizadas não sofram mais os impactos do coronavírus. Desta

forma faz-se necessário, mais pesquisas acerca do tema, para que seja discutido de uma forma mais incisiva as melhores medidas a serem tomadas referentes ao combate a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- BACHELET, M.; GRANDI, F. Pandemia de coronavírus é um teste de nossos sistemas, valores e humanidade. Organização das Nações Unidas [Internet]. 2020 [acesso 20 abr 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3FYEFA3>.
- BATISTA, L. E.; ESCUDER, M. M. L.; PEREIRA, J. C. R. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. *Rev Saúde Pública*, 2004 Oct; 38(5): 630-6.
- BBC NEWS BRASIL. Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BRAGA, C. et al. Violência contra o idoso na pandemia de Covid-19 no Brasil – revisão integrativa. *Braz. J. Hea. Rev.* [Internet]. 2023 Mar. 14 [cited 2023 Sep. 28]; 6(2): 5422-34. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/58058>.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Brasil confirma primeiro caso da doença. Brasília: MS; 2020 [cited 2020 May 1]. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde; 2013.
- CARMO, R. M. do; TAVARES, I.; CÂNDIDO, A. F. Um Olhar Sociológico Sobre a Crise Covid-19 em Livro [Internet]. Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte; 2020. Disponível em: <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatoriodasdesigualdades/wp-content/uploads/2020/12/UmOlharSociolo%CC%81gicoSobreaCriseCovid19emLivro.pages.pdf>.
- CEPAL- NAÇÕES UNIDAS. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/institutions-and-bodies-profiles/fra_pt. Acesso em: 4 mar. 2021.
- COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. V. C. Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. *Saúde debate*, 2020 Jun; 44(125): 289-96.
- COSTA, N. N. G.; SERVO, M. L. S.; FIGUEREDO, W. N. COVID-19 and the occupational stress experienced by health professionals in the hospital context: integrative review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, 25 fev. 2022.
- DIUANA, F. A. et al. COVID-19 nas prisões: o que o telejornalismo (não) mostrou - um estudo sobre os critérios de noticiabilidade na pandemia. *Ciênc saúde coletiva*, 2022 Sep; 27(9): 3559-70.
- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- EMANUEL, E. J. et al. Fair allocation of scarce medical resources in the time of COVID-19. *N Engl J Med* [Internet]. 2020 [acesso 20 abr 2021]; 382(21): 2049-55. DOI: 10.1056/NEJMSb2005114.

HOCHMAN, G. et al. Pandemias e epidemias em perspectiva histórica: uma introdução. *Scielo Brasil*, v. 1, n. 1, p. 1-10, dez./2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02204801>. Acesso em: 17 mar. 2022.

KABIR, M. et al. COVID-19 pandemic and economic cost; impact on forcibly displaced people. *Travel Med Infect Dis* [Internet]. 2020 Apr [cited 2020 May 1]; 101661. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1477893920301290>.

LOUREIRO, C. R. O. M. Apresentação do Dossiê 'Biodireito e Direitos Humanos'. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 131–137, 2021. DOI: 10.14393/RFADIR-v49n1a2021-63116. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/63116>.

NADER, T. O. et al. Análise das citocinas inflamatórias IL-4, IL-8 e interferon-gama em pacientes infectados pelo Sars-Cov2 na fase aguda. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, p. 742-769, 2023. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/56208> (B).

NADER, T. O. et al. Covid-19: o papel das Citocinas IL-1, IL-6 e TNF- α na resposta inflamatória. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, p. 225-256, 2023. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/55976> (A).

OLIVEIRA, A. M. C. et al. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid